

As Reformas Estruturais do SNS: Entre o Consenso Técnico e a Inação Política

Miguel Sousa Neves

Há décadas que, em Portugal, se discute a necessidade de reformas estruturais no Serviço Nacional de Saúde. A expressão tornou-se recorrente no discurso político, nos relatórios técnicos e nos debates públicos. Contudo, a distância entre o diagnóstico amplamente partilhado e a concretização efetiva das mudanças necessárias permanece preocupante. Enquanto isso, persistem dificuldades no acesso, escassez de profissionais, pressão crónica sobre os serviços hospitalares e crescente insatisfação dos cidadãos.

Uma reforma estrutural do SNS começa, inevitavelmente, pela governação e pelo modelo de gestão. A excessiva centralização, a instabilidade das lideranças e a interferência política condicionam a autonomia das instituições e fragilizam a tomada de decisão estratégica. É fundamental evoluir para um modelo assente em maior responsabilização, contratos-programa claros, avaliação rigorosa de desempenho e estabilidade das equipas dirigentes, promovendo uma cultura de gestão orientada para resultados em saúde.

O eixo dos recursos humanos constitui outro pilar incontornável. A susten-

tabilidade do sistema depende, em larga medida, da capacidade de atrair, reter e motivar profissionais qualificados. A estagnação das carreiras, a rigidez contratual e a insuficiência de incentivos à fixação em zonas mais carenciadas comprometem seriamente a capacidade de resposta do SNS. Sem uma política integrada de valorização profissional, qualquer reforma ficará incompleta.

Importa igualmente reequilibrar o modelo assistencial, reforçando de forma consistente os cuidados de saúde primários, a prevenção e a articulação com os cuidados continuados e comunitários. Um sistema excessivamente centrado no hospital é, a prazo, financeiramente e organizacionalmente insustentável. A proximidade, a continuidade de cuidados e a integração dos diferentes níveis assistenciais são determinantes para melhorar resultados clínicos e racionalizar recursos.

A modernização tecnológica e a integração dos sistemas de informação permanecem desafios estruturais. Apesar dos avanços registados, persistem fragmentações, redundâncias e limitações na interoperabilidade. Uma verdadeira transformação digital deve apoiar simul-

taneamente a prática clínica, a gestão e o cidadão, promovendo eficiência, transparência e qualidade na tomada de decisão.

Por fim, o modelo de financiamento carece de uma revisão profunda. A persistência de uma lógica predominantemente baseada em orçamentos históricos dificulta a transição para um sistema orientado pelo valor em saúde. A contratualização deve evoluir no sentido da qualidade, dos resultados e do custo-efetividade, reforçando simultaneamente os mecanismos de avaliação e prestação de contas.

Em síntese, as reformas estruturais do SNS não correspondem a medidas pontuais nem a respostas de curto prazo. Implicam mudanças profundas na cultura organizacional, nos modelos de governação e na forma como o sistema é concebido e gerido. Exigem estabilidade política, visão estratégica e compromisso transversal. Enquanto continuarem a ser adiadas, o SNS manter-se-á funcional, mas vulnerável — sobrevivendo mais por resiliência dos seus profissionais do que por força das suas estruturas.

Transformar verdadeiramente o SNS é, hoje, menos uma questão de diagnóstico e mais uma questão de coragem, consistência e responsabilidade coletiva.